

A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PONTE PARA A AFIRMAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

ANA CRISTINA ALMEIDA DE OLIVEIRA¹
JANINE SILVESTRE DA SILVA²
JULIETE DUTRA DE OLIVEIRA³
MAGNÓLIA MARIA DA ROCHA MELO⁴

RESUMO

A educação como fator básico para a transformação social possibilita a formação e capacitação de indivíduos para atuar em sociedade e prepará-los para o mercado de trabalho. Entretanto, a educação pública, prioritariamente, nos demonstra um assustador déficit quanto ao ensino, a organização, as condições de trabalho e salário de seus provedores, no qual a explicação e/ou justificativa para isso não está somente dentro das salas de aula, mas também dentro do âmbito familiar e social em outras relações do dia-a-dia. Nesses espaços são exorbitantes as relações de poder (político, econômico e social) e de violência (intrafamiliar, social, bullying, discriminação, psicológica, física, negligência, entre outras) causadores da exclusão social refletida nas relações existentes no espaço escolar. O cenário atual apresenta a necessidade de engajar na política educacional e nas instituições escolares os assistentes sociais, para que os mesmos possam atuar no enfrentamento das sequelas da questão social que existem no convívio dos alunos dentro e fora das escolas, intervindo de uma forma que possibilite a apreensão da totalidade social, buscando também atender às necessidades sociais de seu público alvo. Mediante o cenário em tela destacamos que o objetivo do presente esboço é enfatizar a efetivação do Serviço Social na Educação contribuindo para as ações afirmativas de inclusão. Para isso foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Em suma, o que podemos compreender é que o espaço do Serviço Social no cenário educacional ainda é pouco reconhecido, mas vem sendo gradativamente conquistado. A partir dos avanços que vem ocorrendo no trabalho dos assistentes sociais na área da educação, é perceptível o quanto é importante e fundamental a intervenção desses profissionais na política educacional e na gestão escolar, partindo do pressuposto de se compreender a escola como um elemento fundamental para o ensino e aprendizagem, relacionando-as com a realidade que é vivenciada pelos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, educação, inclusão, acesso, garantia de direitos.

¹ Especialista em Política Pública e Intervenção Social pela Faculdade Internacional do DELTA – (FID) E-mail: Cristina.oliveira@ifrn.edu.br

² Graduanda do 8º período do curso de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: jhanne.s2@hotmail.com

³ Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: julietedutra@hotmail.com

⁴ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: cinemagnolia@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A educação como fator básico para a transformação social possibilita a formação e capacitação de indivíduos para atuar em sociedade e prepará-los para o mercado de trabalho. Entretanto, a educação pública, prioritariamente, nos demonstra um déficit quanto ao ensino, à organização, às condições de trabalho e salários dos docentes e administrativos, no qual a explicação e/ou justificativa para isso não está somente dentro das salas de aula, mas também dentro do âmbito familiar e social em outras relações do dia-a-dia. Nesse espaços são as relações de poder (político, econômico e social) e de violência (intrafamiliar, social, bullying, discriminação, psicológica, física, negligência, entre outras) causadores da exclusão social refletida nas relações existentes no espaço escolar.

O serviço social, enquanto profissão que atua na garantia de direitos sociais encontra nesse contexto a necessidade e a importância de sua inserção em instituições de ensino, pois o trabalho desenvolvido pelo assistente social no âmbito escolar pode propiciar a efetivação do direito a educação e de meios que contribuam com a permanência do aluno na escola, uma vez que o mesmo trabalha com as sequelas da questão social expressa nas relações sociais que no espaço escolar se materializam em forma de violência, evasão escolar, desigualdades sociais, entre outras.

É a partir da compreensão da relevância da atuação do assistente social em instituições de ensino que consideramos imprescindível a realização de ações que visem à divulgação da necessidade do Serviço Social nas Escolas. Nesse sentido, este artigo tem por desígnio contribuir com a divulgação da importância do Serviço Social nas instituições de ensino, principalmente instituições públicas, visando contribuir com a efetivação da garantia dos direitos dos alunos e afirmação de políticas públicas de inclusão.

As motivações para a realização desse trabalho estão relacionadas principalmente a compreensão da necessidade que as pessoas têm de se reconhecerem como sujeitos de direitos relacionados à educação, principalmente, visando proporcionar ao aluno uma formação capaz de lhes fazer conviver com o processo ensino-aprendizagem, que possa também lhes proporcionar a apreensão da totalidade social na qual estão inseridos.

Na nossa vivência no campo de estágio (sendo este o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Campus Mossoró), pudemos compreender na prática o quanto é importante o trabalho do serviço social na escola,

A. C. ALMEIDA DE OLIVEIRA, J. SILVESTRE DA SILVA, J. DUTRA DE OLIVEIRA, M. M. DA ROCHA MELO

partindo do pressuposto de que o mesmo contribui para o acesso (visto que o profissional responsável pela isenção de taxa de inscrição e a execução da Lei de Cotas) e a permanência na escola (por meio da efetivação dos programas sociais, dentre outras atuações), o acesso a direitos é uma dimensão integral da interação da escola com o aluno em um contexto geral, permeando o ambiente familiar e a sociedade.

Compreendemos a importância da atuação do assistente social nas escolas a partir das necessidades que os próprios alunos têm, tendo em vista que os mesmos já convivem em uma situação de conflito, sejam esta familiar, econômico, social e/ou psicológico e necessitam de um direcionamento que deve ser trabalhado pelo serviço social e a escola.

2 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÃO PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA

Para que possamos entender a trajetória da política de educação no Brasil devemos recorrer ao início do processo de colonização, onde a educação era vista como algo de pouca relevância. Entretanto, pela necessidade de catequização dos índios os jesuítas desenvolveram o trabalho educativo tendo como principal objetivo apregoar a fé católica.

Com a descoberta pelos portugueses e espanhóis das terras da América, seu projeto foi ampliado e levado para as novas terras, a fim de pregar a palavra de Deus entre os índios. Pode-se supor que o Projeto Educacional Jesuítico Jesuítas, apesar de estar subordinado ao Projeto Português para o Brasil, tinha determinada autonomia, e teve papel fundamental na medida em que contribuiu para que o Governo português atingisse seus objetivos no processo de colonização brasileiro, bem como se constituiu no alicerce da estrutura educacional da Colônia brasileira (SHIGUNOV NETO E MACIEL 2008).

No século XVIII surge no país a educação pública estatal e o início da educação nacional, impulsionadas pelo Marquês de Pombal que na época sofria fortes influências dos ideais iluministas. No século seguinte, mas precisamente no ano de 1808, a família real portuguesa veio para a Colônia brasileira ocasionando assim uma reorganização administrativa no país, a qual gerou diversas transformações, desde econômicas até sociais e educacionais. Almeida (2000, p. 27 apud NOGUEIRA e GOMES, 2006, p03), enfatiza que

[...] no século XVI e no século XVII, nada era regular, metódico; não admira, pois que a instrução pública também não fosse uniforme [...] É preciso chegar até o século XVIII para encontrar traços da intervenção oficial nos estudos dirigidos pelos

A. C. ALMEIDA DE OLIVEIRA, J. SILVESTRE DA SILVA, J. DUTRA DE OLIVEIRA, M. M. DA ROCHA MELO

jesuítas. É também, por esta mesma época, que surge a presença da municipalidade.

No período histórico que corresponde a Proclamação da República é possível notar que a educação não sofre muitas mudanças, pois, continua não atendendo à necessidade de toda população, permanecendo dessa forma, uma regalia que só privilegiava a alguns, ou seja, a elite.

Já em 1934, envoltos pela nova Constituição da República que dispõe que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelo poder público, o que incube à União a responsabilidade de traçar as diretrizes da educação nacional. Assim, incube a União a responsabilidade de traçar as diretrizes da educação nacional. Almejava-se resistir à carência de unidade política entre as unidades federativas, mas isso sem tirar a autonomia dos estados na implantação de seus sistemas de ensino. No ano de 1937 é outorgada uma nova Constituição, essa enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional.

Durante o Estado Novo foram empreendidas diversas reformas que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino. Posteriormente ao Estado Novo, a Constituição de 1946 retoma o cerne do capítulo sobre educação e cultura da Carta de 1934, dando assim início ao processo de discussão que emanaria a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Inicia-se, portanto, em 1947, a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, passando-se treze anos para que fosse aprovada em 20 de dezembro de 1961, sendo uma lei que não correspondeu ao que se esperava, pois limitava a democratização do acesso ao ensino fundamental e não dispunha de mecanismos para superar esses problemas (NOGUEIRA E GOMES p.06).

É no ano de 1961 que surge a Lei nº4024, sendo ela a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual enfatiza que é compromisso do poder público garantir o direito à educação a todos, o que se sucederá através da escola e da família. É válido salientar que antes dessa lei não havia no Brasil uma lei específica para a educação, portanto, é só a partir dela que se começa a concretizar a configuração de uma Política Educacional.

Depois, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a LDB anterior foi considerada obsoleta, mas só em 1996 o debate sobre essa lei foi concluído. Nesse sentido, a atual LDB (Lei 9394/96) foi sancionada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso e pelo Ministro da Educação na época, Paulo Renato. Essa Lei é baseada

A. C. ALMEIDA DE OLIVEIRA, J. SILVESTRE DA SILVA, J. DUTRA DE OLIVEIRA, M. M. DA ROCHA MELO

no princípio do direito universal à educação para todos. A LDB define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal /88.

A construção da política de educação é algo que está em movimento, pois a mesma se dá através de uma mudança da própria sociedade. Portanto, a sociedade está sempre experimentando novas formas de culturas, novos interesses políticos e econômicos, o que de certa forma acaba ocasionando mudanças em todos os meios, se caracterizando dessa forma como um processo que está em constante construção. A exemplo disso podemos citar o contexto atual no qual estamos submetidos, em que se trabalha todos os níveis da educação, entre eles a educação profissional, a superior, todas cada vez mais bem especializadas.

É necessário compreender a educação como uma Política Social, a qual tem o compromisso de garantir direitos sociais, entendendo assim o papel que a escola assume dentro da sociedade. A partir do momento em que compreendemos o papel exercido pela escola, entendemos também a função social que a educação pode exercer no contexto da sociedade em que estamos inseridos.

A educação é um tema que está em pauta no debate atual, portanto é de extrema importância discutir o quanto ela é imprescindível para mudar uma sociedade, para que se possa formar cidadãos críticos, competentes, capazes de se reconhecerem como sujeitos de direitos, e que tenham capacidade de reivindicar, de lutar pela concretização de seus direitos.

Uma boa educação não forma somente para o mercado de trabalho, mas para a vida. Sabemos que a escola não pode ser vista unicamente como um local onde se vai aprender e adquirir conhecimento intelectual, contudo ela deve ir, além disso. Pois, educar também faz parte de um contexto, é necessário ver o indivíduo como um todo, e não isoladamente, mas sim buscando compreender quais são as dificuldades que estão sendo impostas ao mesmo.

Na escola podemos perceber as contradições sociais de toda ordem econômica e/ou social. Quando dizemos que a escola está envolvida em determinado contexto, estamos fazendo referência aos embates gerados pelos conflitos existentes no meio social, pelas relações familiares precarizadas, pela violência, pela fome, pela miséria, pelo desemprego, pela própria vulnerabilidade social à qual as pessoas estão sujeitas. E todos esses fatores interferem direta ou indiretamente na vida escolar do aluno, causando problemas diversos para os mesmos e também um alto índice de evasão escolar. (PIANA, 2009)

É nesse contexto que a intervenção do assistente social nas escolas se faz imprescindível, uma vez que são diversos os fatores que justificam sua intervenção nesses ambientes, dentre eles a própria função social da escola, bem como a educação como um

direito social e a contribuição do Serviço Social na garantia desse direito. Nesse sentido, a proximidade da atuação do assistente social como a área de educação se dá em virtude de suas funções terem uma dimensão sócio-educativa. De acordo com Piana (2009, p. 186)

Pensar a dimensão pedagógica e educativa do Serviço Social, é remeter-se a um trabalho desenvolvido pelos profissionais na perspectiva de desmistificar e desvelar a realidade produtora e reprodutora de desigualdades, visando à autonomia, à participação e à emancipação dos indivíduos sociais. Traçar um perfil profissional educativo, representa à profissão a construção de meios para a superação da condição de opressão e de dominação das classes oprimidas e dominadas.

O Serviço Social trabalha na perspectiva da garantia de direitos, sendo que também vivemos em crescente processo de exclusão social. E a escola acaba sendo também um reflexo de toda essa situação, um lugar de convivência social, que também tem sua complexidade e uma problemática não só educativa, mas também social e econômica.

Inúmeros são os aspectos que nos levam a refletir o quanto é importante a inserção do serviço social no contexto escolar. Diferentemente dos profissionais de educação, os assistentes sociais têm uma formação distinta, a qual permite identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que afligem o campo educacional. Inúmeros problemas estão presentes no atual contexto das escolas e precisam ser trabalhados por meio de uma intervenção conjunta entre vários profissionais, desde os professores, diretores e outros, até os assistentes sociais, possibilitando assim uma ação mais efetiva que viabilize o acesso ao direito à educação.

Cada categoria profissional tem atribuições e competências diferenciadas, e cada uma vai trabalhar em cima de uma demanda específica, articulando-se em cima das fragilidades impostas por cada situação. Podemos citar aqui vários fatores que nos fazem perceber a importância da inserção do assistente social no contexto escolar. Nesse sentido para compreendermos a importância do Serviço Social na Educação se faz necessário compreendermos a própria profissão nesse contexto, a mesma vai procurar promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas que são inerentes à relação entre a escola e a comunidade.

O Assistente Social, enquanto profissional que tem a questão social como centralidade e historicamente atua em suas múltiplas e complexas manifestações, tem competência para planejar, propor, elaborar, coordenar e executar ações, projetos e programas sociais, na ampla realidade social e institucional. Nos espaços educacionais, dada a sua permeabilidade às questões sociais globais e aos encontros particulares da vida social dos sujeitos que neles

convivem, a importância e a necessidade do trabalho do serviço social não apenas se confirma como se dimensiona. Para Piana (2009, p. 203-204)

A escola (educação) em seu compromisso de organizar o trabalho no sentido de torná-lo mais tangível para aqueles que a ela têm direito, de possibilitar o acesso do indivíduo à cultura de uma sociedade e de um país, pelo direito do cidadão dizer sua voz e ser ouvido pelos outros e o Serviço Social em seu compromisso de efetivar direitos sociais intervindo nas expressões da questão social, tanto na atuação direta nas unidades escolares, como nas atividades de gerenciamento e de planejamento da política educacional, poderão juntos viabilizar a concretização da universalização do acesso ao ensino e a superação das desigualdades sociais.

O serviço social surge por conta da ascensão do capitalismo, o conflito entre capital e trabalho que deu origem ao proletariado e seu empobrecimento levando-o também à condições de exploração, faz efervescer a questão social, que é o conjunto de expressões da disparidade entre as classes trabalhadora e burguesa (principalmente) (MARTINELLE, 1989).

A profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo tem como objetivo justamente atuar nas expressões da questão social, que vem com a contribuição de diversas ciências, sendo algumas delas: sociologia, psicologia, economia, ciência política, antropologia e ética. Através de uma intervenção investigativa, pesquisa e análise social, atua não somente na avaliação, mas também da elaboração e execução de projetos, planos, programas, políticas sociais, e de serviços.

O campo de atuação desse profissional é considerado bastante variado, pois, o mesmo atua na implementação das diversas políticas sociais, entre elas a política de saúde e suas organizações em geral assim como a política de assistência e a política de previdência social, que compõem o tripé da seguridade social.

Além desses campos de atuação do Serviço Social podemos citar ainda as empresas, organizações não governamentais, administrações municipais, estaduais e federais, serviços de proteção judiciária, conselhos de direito e de gestão, instâncias de defesa e de representação da política de educação, entre outros.

Entre os espaços de atuação do assistente social gostaríamos de destacar a política de educação e seus desdobramentos, pois a mesma tem se configurado na atualidade como um profícuo campo de atuação desse profissional. Ainda por se caracterizar como um espaço de lutas e reivindicações pela atuação desse profissional nos diversos ambientes que compõem essa política, especialmente nas escolas, sendo a última uma das que mais ascendem nos tempos atuais, tendo até mesmo como ponto a destacar um projeto de lei que obriga a contratação e atuação de assistentes sociais em escolas públicas.

Contextualizando a história do serviço social na educação podemos perceber que a sua inserção nesse campo de trabalho se deu muito antes do que imaginamos ainda na primeira metade do século XX.

O surgimento do Serviço Social no campo educacional se deu no ano de 1906, nos Estados Unidos da América, quando nos centros sociais designavam visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do Bairro, com o intuito de descobrir o motivo pelo qual as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar e a falta de aproveitamento escolar dessas crianças (PIANA, 2009).

Já na América Latina o trabalho desse profissional se dava com intuito de trabalhar a relação da escola com a comunidade através do trabalho com famílias dos alunos. A maior tendência do Serviço Social era voltada para atender as dificuldades de caráter individual e familiar, pois os mesmos se caracterizavam como problemas sociais que se encontram no espaço escolar.

Tratando-se do início do Serviço Social escolar no Brasil há relatos de que os pioneiros foram os estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, no ano de 1946. Trabalhando prioritariamente com a identificação de problemas sociais emergentes, os quais estivessem repercutindo no aproveitamento do aluno (PIANA, 2009).

Até meados de 1970 o Serviço Social teve uma vinculação ideológica subordinada ao projeto político do Estado legitimando a ordem vigente. Depois, com o movimento de Reconceituação fundamentado nos desdobramentos críticos da identidade profissional e no rompimento com um serviço social conservador e tradicional, é que a intervenção no contexto educacional ganhou novas perspectivas e destaque, isso especialmente a partir da década de 1980.

É a partir da década de 1990 que se pode observar um aumento considerável de discussões e pesquisas e do Serviço Social em si na área da educação. Isso se constata por conta do aumento das inscrições e envios de trabalho, nessa área, nos eventos brasileiros de Assistentes Sociais desses 1995, sendo este o ano em que o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais trouxe espaço para discussão sobre educação, mesmo que de forma diluída.

Ao passar dos anos, os congressos trazem de forma cada vez mais abrangente, a importância da atuação do profissional de serviço social para a educação culminando em 2000 com elaboração do

A. C. ALMEIDA DE OLIVEIRA, J. SILVESTRE DA SILVA, J. DUTRA DE OLIVEIRA, M. M. DA ROCHA MELO

Parecer Jurídico 23/2000 sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio, relacionando a pertinência da inserção do Serviço Social na educação a partir das atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993⁵ e também das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e sua regulamentação nas instâncias de poder municipal e estadual[...].

Na contemporaneidade a luta pela efetivação do Serviço Social na educação, legitima-se pela real necessidade de um profissional habilitado para trabalhar as múltiplas expressões da questão social que perpassam a educação, sejam as drogas, a desestruturação familiar, a violência doméstica, dentre outras. A inserção do Serviço Social não deve ficar circunscrita aos Institutos Federais – Ifs ou Universidades Federais é necessária a ampliação da atuação do Assistente Social para as escolas do ensino fundamental (públicas e privadas) até a academia.

Diante do exposto, o Conjunto CFESS-CRESS elaborou em 2013 o documento **“Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”**, para nortear a atuação do Assistente Social, nas escolas, IFs e universidades,

estruturado com a perspectiva de afirmação: da concepção de educação que deve orientar a atuação profissional; das competências e atribuições do/a assistente social; bem como das dimensões, particularidades e estratégias para a inserção, atuação e consolidação do exercício profissional no âmbito da educação em consonância com o projeto ético-político e profissional do serviço social.

É nessa perspectiva que o serviço social deve focalizar, construindo um perfil ativo na política educacional, conquistando espaços, protagonizando ações que possibilitem intervenções profissionais criativas, propositivas, estratégicas, ousadas, destemidas e comprometidas com a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho sintetizamos as apreensões da experiência de estágio vivenciadas no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), que passamos a efetivar em virtude da composição de nossa grade curricular, que o coloca como disciplina obrigatória.

O processo de estágio foi um processo que nos proporcionou uma experiência incrível, e uma aprendizagem dinâmica, a qual nos permite perceber a realidade do campo de trabalho

⁵ A Lei da Regulamentação da Profissão, que permite ao profissional realizar a análise crítica da realidade e construir as estratégias necessárias para responder as demandas sociais que nela estão normatizadas.

A. C. ALMEIDA DE OLIVEIRA, J. SILVESTRE DA SILVA, J. DUTRA DE OLIVEIRA, M. M. DA ROCHA MELO

na qual muitos profissionais estão inseridos, assim, também nos possibilita ter uma noção de como será executado na prática tudo aquilo que vemos na teoria.

Nos últimos anos o Serviço Social vem sendo reconhecido como uma profissão fundamental na perspectiva curricular da educação, principalmente quanto ao alunado, destacando a importância maior nas escolas públicas onde a vulnerabilidade tem maior proporção.

O cenário atual apresenta a necessidade de engajar na política educacional e nas instituições escolares os assistentes sociais, para que os mesmos possam atuar no enfrentamento da questão social que existe no convívio dos alunos dentro e fora das escolas. Intervindo de uma forma que possibilite a apreensão da totalidade social, buscando também atender às necessidades sociais de seu público alvo.

Em suma, o que podemos compreender é que o espaço do Serviço Social no cenário educacional ainda é pouco reconhecido, mas vem sendo gradativamente conquistado, onde seu principal objetivo é garantir o acesso e permanência de crianças, adolescentes e adultos nas escolas, sendo esse espaço, o ponto inicial da transformação social. A partir dos avanços que vem ocorrendo no trabalho dos assistentes sociais na área da educação, é perceptível o quanto é importante e fundamental a intervenção desses profissionais na política educacional e na gestão escolar, partindo do pressuposto de se compreender a escola como um elemento fundamental para o ensino e aprendizagem, relacionando-as com a realidade que é vivenciada pelos alunos.

REFERÊNCIAS

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

_____. **Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam**. São Paulo, 2009.

CFESS. **Serviço Social na educação**. Brasília, 2001.

_____. **Subsídios para o debate sobre o serviço social na educação**. GT DE EDUCAÇÃO, Brasília, junho de 2011.

_____. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**, 2013

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

Shigunov NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: Algumas discussões. Educ. rev. , Curitiba, n. 31, de 2008,** disponível em www.scielo.br

NOGUEIRA, Teresinha de Jesus Araújo Magalhães e GOMES, Antônio José. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: UM OLHAR DOS ALUNOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFPI. **IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI**, 2006